

“Deságio impede concessão de novos empréstimos ao Brasil”

O Brasil não voltará a receber empréstimos voluntários dos bancos internacionais, o chamado “dinheiro novo”, enquanto persistir o deságio dos títulos da dívida brasileira no mercado secundário, hoje calculado em cerca de 50% do valor original. A afirmação foi feita ontem pelo diretor-geral do Midland Investment Bank no Brasil, Nicholas Reade, durante o seminário “Investimentos no Brasil na década de 90: uma nova abordagem para a dívida externa”, encerrado ontem, em São Paulo, e promovido pela revista norte-americana Business Week.

Segundo Reade, com o deságio, os bancos estariam perdendo seus créditos automaticamente ao realizarem novos empréstimos ao Brasil. Ele disse que a conversão de parte da dívida externa em investimentos de risco é um mecanismo capaz de “eliminar” o deságio existente atualmente, o que, em sua opinião, beneficiará o País.

O diretor-geral do Midland Investment Bank, maior credor brasileiro depois do bloco de conglomerados bancários norte-americanos, acumulando créditos no valor de US\$ 2 bilhões, acredita que se a demanda por títulos da dívida for incentivada, pela conversão, poderá haver a “perspectiva” de novos empréstimos de longo prazo ao País.

CONSTITUINTE

Os participantes do encontro mostraram-se preocupados com a possibilidade de que a proibição da conversão da dívida pela Comissão de Sistematização da Constituinte seja mantida no texto final da nova Carta.

O diretor-geral do Midland chegou a ironizar a decisão propondo, em caso de manutenção do texto da Comissão de Sistematização, a conversão dos investimentos estrangeiros diretos feitos no Brasil, da ordem de US\$ 30 bilhões, em dívida externa.



Nicholas Reade

Para outro participante do encontro, o ex-presidente do Banco Central e atual diretor-presidente da Aracruz Celulose S.A., Francisco Gros, o que está sendo questionado “não é tanto o mérito do projeto, mas o fato de ele ser promulgado pelo governo através de uma resolução do Banco Central”.

Gros não quis revelar a sua posição sobre o assunto, mas elogiou o projeto de conversão oficial, ressaltando apenas os pontos 3 e 4, que tratam da utilização do bônus que o BC deverá emitir para os títulos da dívida principal, atrelados à negociação mais ampla com os credores. Ele calcula que o volume anual de investimentos através da conversão deve ficar em torno de US\$ 2 milhões, aproximadamente o mesmo volume pretendido pelo governo.

O diretor-presidente da Aracruz disse, ainda, que sua empresa pretende realizar investimentos de US\$ 1,1 milhão nos próximos três anos. Deste total, segundo ele, cerca de US\$ 900 milhões devem ser viabilizados através de recursos dos próprios acionistas e de empréstimo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Os demais US\$ 200 milhões a empresa pretende viabilizar através da conversão.